



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

ALISSON AVELINO CATÃO DE VASCONCELOS

**AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NO MUNICÍPIO DE INGÁ-PB: SUAS
PAISAGENS NATURAIS E CULTURAIS COMO ALTERNATIVAS**

CAMPINA GRANDE

2020

ALISSON AVELINO CATÃO DE VASCONCELOS

**AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NO MUNICÍPIO DE INGÁ-PB: SUAS
PAISAGENS NATURAIS E CULTURAIS COMO ALTERNATIVAS**

Trabalho apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura em Geografia.

Área de concentração: Geografia do Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Albuquerque da Costa.

CAMPINA GRANDE

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

V331p Vasconcelos, Alisson Avelino Catao de.
As potencialidades turísticas no município de Ingá-PB [manuscrito] : suas paisagens naturais e culturais como alternativas / Alisson Avelino Catao de Vasconcelos. - 2020.
35 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2021.
"Orientação : Prof. Dr. Antonio Albuquerque da Costa, Departamento de Geografia - CEDUC."
1. Ingá - Paraíba. 2. Turismo. 3. Turismo regional. 4. Desenvolvimento local. I. Título
21. ed. CDD 338.479 1

ALISSON AVELINO CATÃO DE VASCONCELOS

AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NO MUNICÍPIO DE INGÁ-PB: SUAS
PAISAGENS NATURAIS E CULTURAIS COMO ALTERNATIVAS.


Trabalho apresentado ao curso de Licenciatura
Plena em Geografia da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de licenciatura em Geografia.

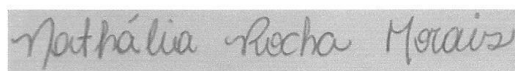
Área de concentração: Geografia do Turismo.

Aprovada em: 16/12/2020.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Antonio Albuquerque da Costa (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profª. Ms. Maria das Graças Ouriques Ramos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profª. Ms. Nathália Rocha Morais
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização do município de Ingá no estado da Paraíba.....	21
Figura 2 – Pannel principal da pedra do Ingá-PB.....	22
Figura 3 – Localização da Pedra do Ingá-PB.....	23
Figura 4 – Entrada do sítio arqueológico Pedra do Ingá-PB com instalações de apoio ao turista e museu de história natural do Ingá-PB.....	24
Figura 5 – Monumento com símbolos encontrados na pedra de Ingá-PB, para atração do turista.....	25
Figura 6 – Mapa da área urbana de Ingá-PB.....	26
Figura 7 – Ponte ferroviária sobre o rio Bacamarte.....	26
Figura 8 – Antiga estação ferroviária de Ingá-PB em situação de abandono.....	27
Figura 9 – Antigas instalações da empresa Anderson Clayton.....	27
Figura 10 – Igreja do Rosário.....	29
Figura 11 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.....	30
Figura 12 – Morro do Cruzeiro.....	31
Figura 13 – Vista panorâmica da Serra Velha.....	31
Figura 14 – Vista Norte da Serra Velha.....	32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO: DISCUSSÃO TEÓRICA	8
2.1 O Espaço, a produção e as transformações.....	8
2.2 Transformação do Espaço pela atividade turística.....	10
3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO.....	16
3.1 A Evolução das Políticas Públicas de Turismo no Brasil	17
4 METODOLOGIA	20
4.1 Aplicação dos métodos da pesquisa e objetivos.....	20
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	21
5.1 Potencialidades Turísticas do Município de Ingá-PB	21
5.2 Atrativos turísticos de Ingá e resultados da pesquisa	22
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	34

RESUMO

Atualmente o turismo tem representado uma atividade de alta importância social, cultural e econômica. Por isso, nessa monografia estudamos o turismo com uma atividade que ultrapassa os fatores econômicos, fundamentando-se também no político, no social e principalmente no cultural. O município do Ingá, localizado no agreste estado da Paraíba, é um lugar de belezas naturais exuberantes e expressões culturais fortes que atraem turistas de inúmeras localidades. Em detrimento a isso, neste estudo buscamos discutir sobre o potencial turístico do município de Ingá e verificar como essa atividade tem interferido na produção e transformação do espaço e no desenvolvimento local. Para isso, foi realizada análise de potencial turístico, bem como entrevistas a turistas, estabelecimentos hoteleiros e alimentícios e órgãos oficiais. Ao longo do estudo percebemos que apesar de não possuir uma grande variedade de atrativos, o sítio arqueológico consegue atrair muitos turistas em função de seu enigmático surgimento e suas indecifráveis escrituras. Também percebemos que esse atrativo turístico pode contribuir fundamentalmente com o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Ingá-PB. Turismo. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

Currently tourism has represented an activity of high social, cultural and economic importance. Therefore, in this monography we study tourism with an activity that goes beyond the economic factor, also based on the political, the social and especially the cultural. The municipality of Ingá, located in the rugged state of Paraíba, is a place of exuberant natural beauty and strong cultural expressions that attract tourists from countless locations. To the detriment of this, in this study we seek to discuss about the tourism potential of the municipality of Ingá and to verify how this activity has interfered in the production / transformation of space and local development. To this end, an analysis of tourism potential was carried out, as well as interviews with tourists, hotels and food establishments and official bodies. Throughout the study, we realized that despite not having a wide variety of attractions, the archaeological site manages to attract many tourists due to its enigmatic appearance and its indecipherable writings. We also realized that this tourist attraction can fundamentally contribute to local development.

Keywords: Ingá-PB. Tourism. Local development.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta como questão central a produção e transformação do espaço pelo turismo no município de Ingá-PB, localizado no Agreste Paraibano. E se justifica pela tentativa de identificar o potencial turístico de um município a partir da observação não apenas econômica, mas também social, principalmente no que diz respeito à transformação da qualidade de vida que esta atividade pode proporcionar à população de uma pequena cidade do interior paraibano.

Para isso, foi necessário compreender as transformações pelas quais o turismo vem passando nas últimas décadas, e qual a importância na configuração econômica regional, mas principalmente local.

A partir dessa concepção entende-se que o município de Ingá possui potencialidades turísticas suficientes para promover, verdadeiramente, maior desenvolvimento da própria localidade, como também atrair as atenções turísticas para o Estado e a região. Para isso procura-se a partir deste trabalho avaliar como as práticas turísticas ocorrem no município, se de maneira compatível com os requisitos para que ocorra desenvolvimento socioeconômico e se há maiores esforços por parte do poder público, para que aconteçam melhorias da qualidade de vida da comunidade.

A partir do problema já apresentado, essa pesquisa busca identificar se, sendo a gestão do turismo realizada de forma planejada, direcionada ao desenvolvimento local, ao investimento de infraestruturas, a proporcionar benefícios coletivos, tende a ser bem sucedida, no que diz respeito ao desenvolvimento local e qualidade de vida da população local.

Estimulados pelas teorias estudadas pela geografia, buscamos: (1) identificar, o potencial e a infraestrutura local e turística do município de Ingá; (2) entender como ocorrem as transformações do espaço geográfico e na vida da sociedade; (3) identificar como as transformações, juntamente com as boas ações podem contribuir para o desenvolvimento turístico, social e econômico do município de Ingá.

Através do pensamento crítico e histórico, identificamos a necessidade de tratar essa atividade não apenas como fonte de renda, mas, como também, por elemento de atração do capital público e privado, bem como entender a exploração econômica do lugar e da paisagem, objetos que se valorizam pelo consumo.

Por isso, buscamos aplicar além do método, entendendo aqui como pertinente para esse tipo de estudo, os argumentos iniciais com a finalidade de levantar questionamentos sobre essa atividade econômica tão importante para o desenvolvimento local, da região e do país.

2 TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO: DISCUSSÃO TEÓRICA

Dar início a uma discussão acerca do turismo, potencialmente existente na região do agreste paraibano e colocar o município de Ingá como elemento central de estudo, pressupõe inicialmente, embasamentos metodológicos e teóricos que possibilitem a consolidação da pesquisa. No decorrer dessa monografia, iremos propor uma reflexão sobre as potencialidades turísticas do município de Ingá e as transformações político, social e econômico que a atividade do turismo pode proporcionar ao espaço geográfico, visto que a denominada “indústria do turismo” é um forte elemento de atração de todas as ações que possam identificar tais transformações socioespaciais na área estudada. Com isso, no decorrer deste capítulo nos debruçamos sobre as referências teóricas adquiridas durante esse trabalho e da formação, podendo elucidar e dar base ao que se propõe estudar e pesquisar.

2.1 O ESPAÇO, A PRODUÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES

Para a ciência geográfica, a concepção do espaço transcorre inevitavelmente pelo entendimento de que todas as ações e os objetos nelas envolvidas, estão sistematicamente interligados e em constante continuidade. O que pressupõe que as ações e os objetos apenas poderão ser compreendidos mediante o entendimento dos seus processos históricos e do seu presente. Objetos e ações só podem ser entendidos à luz de sua história e do presente. Corrêa (2003), destaca que o espaço compreendido por espaço social não deve ser entendido como produto genuinamente produzido pela sociedade, tão pouco com um espaço plenamente absoluto, ele vai bem além disso, podendo ser entendido como o lócus da reprodução das relações sociais de produção. Corroborando com essa concepção, Carlos destaca:

O espaço é entendido como produto de um processo de relações reais que a sociedade estabelece com a natureza (primeira e segunda). A sociedade não é passiva diante da natureza; existe um processo dialético entre ambas que reproduz, constantemente, espaço e sociedade, diferenciados em função de momentos históricos específicos e diferenciados. [...] O espaço é humano não porque o homem o habita, mas porque o produz. Ele é um produto desigual e contraditório à imagem e semelhança da sociedade que o produziu com o seu trabalho. (CARLOS, 2002, p.165).

Para isso, o espaço social tende a se tornar um lugar de recorrente consumo, sendo o indivíduo a própria mercadoria consumida, comercializada em fragmentos. Na direção de entender como ocorre o processo de formação do espaço urbano, se faz necessário considerar

diversas concepções sociais e culturais que estejam de acordo com construção das ações gerados em torno do próprio indivíduo, conforme evidencia Corrêa:

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultante de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada de infraestrutura e mudança, coercitiva ou não do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (Corrêa 2000, p. 11).

Embora Corrêa (2000) especifique o espaço urbano que foi objeto de seu estudo, aqui desvende-se que a ação de tais agentes não é exclusiva dessa parcela do espaço, mais impacta tanto no espaço urbano quanto no rural, hoje com linhas cada vez, mais tênue de separação, visto que, as ações promovidas pelos agentes sociais condicionam também as transformações do campo, sobretudo nas áreas adjacentes às cidades, mais propensas a expansão urbana. Em torno desse contínuo processo de modificação do espaço, tornam-se perceptíveis as relações de interesses dos agentes envolvidos. Diante disso, a urbe se torna um construto histórico-social que conseguem produzir, mesmo que simbolicamente, personalidade e identidade do ambiente.

O advento do capitalismo, estabeleceu mudanças avassaladoras no processo a organização produtiva e das relações sociais, com isso a (re)produção do espaço passou a se dar de forma muito mais acelerada, tornando-se inevitável que ocorressem alterações nos ambientes pelas atividades humanas e os níveis de alteração causados nos espaços fossem adquirindo características que os tornassem cada vez mais singulares em relação aos outros, em razão da forma desigual mas combinada como se dá o modo de produção capitalista (GUERRA; CUNHA, 1999). Portanto, as atividades produtivas capitalistas agem como determinantes na conformação dos espaços, impondo aos habitantes objetivos, ritmos e interesses que não fazem parte da lógica das vidas locais (CALDAS, 2014). O que segundo Carlos (1997), é a divisão social do trabalho que delimita quem convive com as novas lógicas capitalistas e quem se apropria do espaço, sendo isso formas de exploração econômica e social. O espaço urbano se torna o lugar do consumo, sendo ele uma própria mercadoria.

O espaço, portanto, é meio, mais também condicionante da sociedade que o produz sendo constantemente (re)produzido e transformado numa relação dialética, desta forma, a produção do espaço capitalista gera conflitos e contradições, conforme aponta Carlos (2006, p.

286): “o conflito é produto da contradição entre o espaço vivido como valor de uso e o espaço que se reproduz, tendencialmente, como valor de troca; um conflito que se desenvolve na vida cotidiana e se manifesta como problema espacial.”

Na mesma linha de raciocínio de Carlos (2006), Soja (1983) também vê a importância da espacialidade no processo de produção e reprodução das relações sociais, sendo o espaço a materialização das relações sociais de produção.

O espaço social e político tornou-se, cada vez, mais reconhecido como uma força material (e não material, isto é, ideológico) influente, ordenando e ordenando as próprias relações sociais produtivas. Longe de ser um reflexo passivo, incidental, um “espelho”, a espacialidade tornou-se ativa como uma estrutura completa e repositório de contradições e conflitos, um campo de luta e estratégia política. As relações sociais e espaciais, a divisão social e espacial do trabalho, a práxis social e espacial estão deste modo interativamente engajadas e concatenadas, ao invés de reduzidas a simples gênese-reflexo, causa inicial e efeito subsequente. (SOJA, 1983, p. 38).

Durante o processo de produção e transformação do espaço, a sociedade busca, por meio das práticas econômicas e suas dinâmicas, alternativas para seu desenvolvimento socioeconômico, e são essas práticas que provocam mudanças nas relações de trabalho e de produção, acarretando uma nova configuração espacial.

2.2 TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO PELA ATIVIDADE TURÍSTICA

Caldas (2014, p. 26) observa a importância do turismo e dos impactos que esta atividade pode causar não só nas paisagens, mas também na vida das pessoas ao afirmar que:

A partir do entendimento do turismo enquanto fenômeno econômico, político, social e cultural que atua contemporaneamente como atividade impactante sobre o espaço, podemos identificar e analisar as mais variadas transformações ocorridas na paisagem, no espaço e na cultura local de determinadas comunidades (CALDAS, 2014, p. 26).

Ainda de acordo com a autora citada, o turismo é uma atividade antiga e que sempre esteve ligada à beleza cênica das paisagens ou por outras virtualidades que os lugares proporcionam.

Em termos de conceito, o turismo surge como atividade econômica a partir do momento em que as viagens deixam de ser apenas por necessidade de deslocamento com fim de sobrevivência (nomadismo) e passa a originar lugares fixos, organizados, que atraem uma demanda de visitantes por algum motivo ou atrativo.

Com base nos trabalhos sobre o turismo de Balanzá e Nadal (2003) e dos professores suíços W. Hunziker e K. Krapf, (1942), Caldas (2014) define o turismo como:

[...] a soma dos fenômenos e de relações que surgem das viagens e das estâncias dos não residentes, desde que não estejam ligados a uma residência permanente nem a

uma atividade remunerada'. Mais tarde, o turismo foi entendido como o deslocamento curto e temporal das pessoas para destinos fora do lugar de residência e de trabalho e as atividades empreendidas durante a estada nestes destinos. (CALDAS, 2014, p.26).

A autora ainda observa que os termos “ ‘*fora do lugar de residência e trabalho*’ remete à ideia do turismo apenas enquanto lazer, férias, excluindo o atualmente chamado turismo de negócios; e a expressão ‘*durante a estada*’ remete à ideia de longo tempo”. (CALDAS, *op. cit.*, p. 27).

De acordo com a Lei nº 11.771/2008, no artigo 2º diz: “Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.” (OLIVEIRA, 2009, p. 254).

Entretanto observa Oliveira (*op. cit.*) que este foi um conceito elaborado pela Organização Mundial do Turismo, OMT, e divulgado através do Compêndio de Estatísticas do Turismo em 1994. Porém a autora faz uma série de questionamentos com os quais conclui: “Outro fator é o temporal, quanto tempo a pessoa pode ficar no lugar para se dizer que ela é turista? Segundo a definição do projeto, este período é de até um ano”. (OLIVEIRA, 2009, p. 255).

Caldas (2014) ao abordar a definição de turismo elaborada pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR, 1992), órgão vinculado ao Ministério do Turismo (MTur), transcreve que o turismo é:

Uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações (compra e venda de produtos turísticos), efetuados entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que se tem residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local de visita (OMT, 2001 *apud* CALDAS, 2014, p. 14).

Observa ainda a autora que a definição mais aceita pelos estudiosos do turismo é o conceito formulado pela A Organização Mundial do Turismo (OMT):

O turismo inclui tanto o deslocamento e as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas, bem como, as relações que surgem entre elas, em lugares distintos de seu ambiente natural, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano e mínimo de 24 horas (pernoite no destino), principalmente com fins de lazer, negócio e outros (OMT, 2001, *apud* CALDAS, *op. cit.*, p. 27).

O conceito de turismo evolui com o tempo, tendo sido muito restrito no passado, porém com a dinâmica na mudança de comportamento, hoje muito mais rápida, se faz necessário também novas abordagens para esse conceito (BRANDÃO, 2001, *apud* CALDAS, 2014, p. 27). Observa ainda Caldas (2014) que:

É fato que não podemos considerar o turismo enquanto atividade meramente econômica, e, com essa nova concepção, McIntosh, Goeldner e Ritchie (1995) propõem uma definição mais abrangente quando diz que o turismo é ‘a soma dos fenômenos e relações resultantes da interação dos turistas, fornecedores de negócios, governos e comunidades anfitriãs no processo de atrair e receber estes turistas e outros visitantes’ (CALDAS, 2014, p. 27).

Caldas (2014) observa que o turismo é um fenômeno complexo, que envolve não só o deslocamento de pessoas no tempo/espaço, mas também o destino e as aspirações de cada um leva consigo, desta forma: concordando com Barreto (1995, p. 12), quando afirma:

Embora, ainda, alguns círculos, principalmente os leigos, vejam o turismo apenas como a ‘indústria de viagens de prazer’, trata-se de algo mais complexo do que um simples negócio ou comércio. O turismo é uma amálgama de fenômenos e relações, fenômenos estes que surgem por causa do movimento de pessoas e sua permanência em vários destinos. Há no turismo um elemento dinâmico – a viagem – e um elemento estático – a estadia. (BARRETO, 1995 *apud* CALDAS, 2014, p. 27).

Hoje o turismo não se apresenta apenas como uma atividade vinculada à viagem em busca do lazer como observa Caldas (2014, p. 28):

[...] mas como uma combinação de atividades e serviços que se adequam às necessidades do turista e da demanda da atividade. Essa dinâmica é que proporcionou, nos últimos anos, o surgimento de vários tipos de turismo, que variam de acordo com a necessidade e potencialidade do local [...].

Diante das várias modalidades de turismo contemporâneas o Ministério do Turismo que elaborou conceitos que se aplicam a cada uma dessas modalidades individualmente:

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. Turismo de Negócios & Eventos compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social. Turismo Rural é o conjunto das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. Turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor. Ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. [...]. Turismo de Pesca compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora, ou seja, atividade praticada com a finalidade de lazer, turismo ou desporto, sem finalidade comercial. (MTur, 2006 *apud* CALDAS, 2014, p. 28).

Observa-se, portanto, que o conceito de turismo pode ser analisado sob duas diferentes óticas, seja como atividade econômica ou como atividade de cunho cultural e social. No tocante ao turismo enquanto atividade econômica observa Dias (2003) *apud* Caldas (2014, 28) que a

mesma “diz respeito ao sistema de produção necessário para a realização da prática da atividade”, nesse viés deve-se analisar e conceber o turismo através da infraestrutura e dos produtos e serviços ofertados que local receptor do turista apresenta, mas também não se pode perder de vista as transformações do espaço e da paisagem que é transformado em mercadoria. Por outro lado, na análise do turismo sob o viés cultural e social, observa Caldas (2014) a partir dos estudos de Dias (2009) que tal modalidade de turismo tem que levar em conta as relações sociais entre turistas e população local, visto que o turista provoca mudanças culturais na população desses lugares que os recebem.

Ao relacionar o turismo com a geografia, Caldas (2014) faz referências às transformações. Considerando que a geografia tem como objeto de estudo a sociedade especializada e as relações sociedade/natureza, e tendo em vistas que os elementos da paisagem se transformam em mercadoria para o consumo turístico, é, pois, o turismo um tema que interessa à Geografia pela forma como (re)organiza o espaço. Após mudanças nos paradigmas da ciência geográfica, o interesse por estudos na área do turismo vem crescendo rapidamente desde a década de 1960, por meio de estudos de (re)organização do espaço.

Sendo o espaço o principal objeto de consumo do turismo que por meio de suas atividades se apropria e funcionaliza o espaço, atribuindo ao lugar significados e simbologias que atendem ao seu consumo como mercadoria, mas também atribuindo ao lugar uma identidade própria e singular (CALDAS, 2014). Cabe a Geografia dar sua contribuição para se planejar o turismo de forma que os impactos tragam benefícios sociais e econômicos, mas respeitando ao máximo a cultura e o ambiente local.

O objeto de estudo da geografia é o espaço geográfico. O espaço geográfico, esse que, com o passar do tempo, ou melhor, com a incorporação do tempo, do surgimento de novas tecnologias, das mudanças nos sistemas de informação e do papel, cada vez mais amplo e globalizado da comunicação, parece adquirir novas dimensões, inclusive para o turismo. (CASTROGIOVANNI, 2004, p. 16).

Como aponta Caldas (2014, p. 29-30) se faz necessário pensar a “atividade turística como um fenômeno social dialético, visto que gera contradições e conflitos nas localidades onde ocorre, já que, além de gerar divisas para aquele local, também pode se tornar uma atividade impactante ao meio ambiente”. Na relação do turista com o lugar este tanto influencia o comportamento da população local como também pode ser influenciado pelo modo de vida dessas populações o que torna essa relação dialética. Porém o que deve ser o centro das atenções é se esta atividade pode provocar danos ao ambiente ou as culturas locais, que em si já se constituem em atrativos para o turismo.

Tal como observa Caldas (2014, p. 30):

O turismo se tornou uma atividade que condiciona o espaço e seus sujeitos, adequando-os cada vez mais à práticas do sistema capitalista. Dentro dessa lógica capitalista o que realmente interessa é viabilizar economicamente os novos empreendimentos. Para tanto, as atividades produtivas capitalistas agem como determinantes na conformação dos espaços, impondo aos habitantes seus objetivos, seu ritmo, seus interesses.

As teorias e conceitos elaborados por Milton Santos, também deram uma grande contribuição para se pensar a produção do espaço pelo/para o turismo, desta forma a conceito de espaço enquanto sistema de objetos e de ações ajudam a pensar o espaço enquanto totalidade, mas também o espaço do turismo. Segundo Santos (2006, p. 39):

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o único quadro no qual a história se dá.

Cabe então pensar que contradições são estas entre a geração de riquezas de um lado e os impactos sejam ecológicos ou culturais que os objetos e as ações produzidas para o turismo ou pelo turismo podem causar.

Outra grande contribuição que se pode buscar em Santos (1991, p. 77), é quando ele define o espaço como sendo “também e sempre, formado de fixos e de fluxos”, podendo aqui ser interpretado como os fixos todos os elementos que atraem o turista, e os fluxos como os movimentos que convergem para esses pontos fixo de atração turística.

Porém, como afirma Rodrigues (2001) apud Caldas (2014, p. 31):

Existe uma dificuldade em conceituar ao certo o que seria o espaço turístico, devido à falta de análise em se estabelecer qual é realmente a influência da atividade na produção do espaço. O certo é que, os elementos de análise do turismo e da produção do espaço são similares, como, por exemplo: as firmas, o homem, as instituições, o meio, a paisagem e as infraestruturas.

Ao concluir este esboço teórico, não se pode deixar de ressaltar a paisagem como, talvez, o elemento mais importante de análise do turismo. Visto que a paisagem é o visível do lugar é a forma, o que o turista vê e “provoca a sensação de bem-estar que ele almeja adquirir, ela é capaz, inclusive, de camuflar algumas imperfeições, como uma infraestrutura, acomodações e serviços que não se adéquem à demanda”. (CALDAS, 2014, 31).

É importante analisar a paisagem a partir de sua organização, considerando-a como um sistema, como totalidade, e, também, a sua dinamicidade, seu processo de formação na atração do turista. O turismo é, portanto, a atividade econômica que mais valoriza a forma do espaço, a paisagem, constituindo-se numa complexa relação de espetacularização do consumo do espaço, que do início ao fim do desenvolvimento da atividade turística, o que interessa, de fato, é o espaço e os lugares naquilo que eles são com toda a complexidade. (RODRIGUES, 2007 apud CALDAS, 2014, 31).

Tal como afirma Castrogiovani (2004) a paisagem é um dos principais elementos para atração da atividade turística, pois, é a partir dela que se dá a escolha feita pelo turista e é esta que é vendida pelos seus aspectos de beleza cênica e é também através do estudo da paisagem que a Geografia pode dar sua contribuição teórica e social para as populações que habitam os locais definidos pelo marketing como turísticos.

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO

Não há como se debater o turismo, sem discutir, ainda que superficialmente, as políticas públicas de valorização do espaço para o turismo. O que inclui não apenas o marketing, mas toda uma geração de infraestrutura para acolhimento do turista, o envolve não apenas belas paisagens de domínio natural ou puramente culturais, mas também e principalmente pessoal qualificado.

Inicialmente se faz necessário entender o que seja política pública, e neste estudo, voltada para o turismo. Considerando que esta tem sido uma discussão que ganha força nos debates pela importância que é atribuída ao turismo como elemento de desenvolvimento local e regional.

Segundo Rua (2009) *apud* Caldas (2014, p. 32) “a política pública envolve um aglomerado de ações estratégicas a fim de implementar decisões previamente elaboradas”, observa ainda a autora para Teixeira (2002):

‘Políticas públicas’ são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as ‘não-ações’, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. (TEIXEIRA, 2002 *apud* CALDAS, 2019, 32).

Ainda abordando a discussão entre a importância da políticas públicas e os interesses de grupos que se apropriam do aparelho estatal para atingir fins particulares, que não, necessariamente, o interesse popular, Caldas (2014) aponta:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-los como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. (SARAIVA, 2006 *apud* CALDAS, 2014, p. 32).

Considerando a heterogeneidade da sociedade Caldas (2014) aponta para a Theodore Lowi, “que elaborou a mais conhecida tipologia sobre política pública, ao afirmar que ‘cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas’”. (SOUSA, 2006 *apud* CALDAS, 2014, p.33).

Conforme pode-se observar na literatura exposta acima não há um consenso sobre a definição de “políticas públicas” havendo várias definições sobre o tema e sobre a forma de abordá-lo. Entretanto algumas variáveis parecem fazer parte de todas elas, quais sejam, a participação do Estado atendendo ao apelo das instituições civis, mas tendo sempre como pano de fundo o desenvolvimento local e o bem-estar da população. Neste aspecto vale salientar que se tratando de um fenômeno complexo, que envolve ideologias e mudanças de perfis socioeconômicos e culturais as abordagens se transformam em cada momento histórico e político do país.

3.1 A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL

Em escala internacional o turismo evoluiu enquanto atividade econômica a partir da Revolução Industrial, que trouxe no seu bojo mudanças técnicas que propiciaram os avanços nos meios de transporte e de comunicação e aumento dos fluxos, para aqueles fixos que por alguma razão despertavam os interesses, em especial dos europeus.

A indústria do turismo nasce como um mecanismo de prática hegemônica em um fenômeno que vem junto com a expansão do capital financeiro pelo mundo e tem como consequência uma espécie de liberalização unilateral da mobilidade humana, por parte daqueles dominadores do sistema, que encontram legitimidade na formação de redes transnacionais de infraestrutura turística, nas práticas culturais difundidas a partir dos países centrais e das teorias de superioridade racial. (VIDAL, 2010 apud CALDAS, 2014, p. 34).

Caldas (2014) ressalta a importância da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), criada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, no governo Vargas para o surgimento do turismo de massa no Brasil. Esse instrumento de regulamentação das relações de trabalho e dos direitos trabalhistas, tal como o direito ao descanso e às férias remuneradas surgiram num contexto de crise econômica mundial no qual o modelo de produção fordista associado às políticas econômicas do Keynesianismo se propunham a ampliar o consumo e recuperar a economia mundial abalada pelo conflito mundial iniciado em 1939.

Observa Caldas (2014, p. 34) que “As políticas públicas estão relacionadas às estruturas político-econômicas de um determinado governo. No caso do turismo, além disso, suas políticas públicas possuem, também, um caráter cultural e ideológico” Desta forma a autora propôs a divisão histórica das políticas públicas do turismo no Brasil em quatro períodos: O primeiro iniciado durante o governo Vargas no final da década de 1930; o segundo a partir do plano de metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), com a criação, em 1958, da Comissão

Brasileira de Turismo¹ (Combratur); o terceiro durante o governo militar em 1971 com a criação do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), e o quarto período em 1988 com Constituição cidadã que estabelece que o incentivo e promoção do turismo deve ser responsabilidade da União, dos Estados e dos municípios que deverão promover o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, nota-se nesse último período o clima de democratização que envolve o país e a forte tendência à descentralização que chega a praticamente todas as esferas da vida do povo brasileiro, como mostra Caldas (2014):

Nos anos 90, a noção de desenvolvimento local sustentável é fortemente priorizada na agenda de políticas públicas, e isso implica que as comunidades estejam envolvidas nas fases de planejamento e de decisão das ações públicas. Desse modo, começa a ser alterada a estratégia de fazer políticas públicas de ‘cima para baixo’; em vez disso, adota-se um enfoque participativo. Os municípios passaram, desde então, a ter mais autonomia política, administrativa e financeira. E, em contrapartida, eles assumiram mais responsabilidades na execução de programas, e, também, na formulação de políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico e social. Passou-se a valorizar a autonomia municipal nas ações de natureza pública, tanto por meio de iniciativas de caráter endógeno, como, sobretudo, por ações resultantes da cooperação entre os diferentes níveis de governo. (MTur, 2007 apud CALDAS, 2014, P. 36).

Com base numa política descentralizadora, o PNMT era composto por três instâncias ligadas às esferas do governo federal: a instância nacional, que atuava por meio da Embratur; a instância estadual, que atuava por meio do comitê estadual, vinculado a outros órgãos do setor, como secretarias e conselhos; e a instância municipal, que atuava por meio do conselho municipal formado pelo governo municipal e representantes das comunidades.

O quarto período começou no início do ano 2000. Já no final da década anterior, as políticas públicas no Brasil adotaram um caráter neoliberal. Em 2003 foi criado o Ministério do Turismo, que passa a se articular com outros ministérios, a exemplo do Ministério dos Transportes, da Integração Nacional e do Meio Ambiente, já que era característica dessa nova gestão desenvolver uma atividade baseada na valorização dos recursos naturais e da sustentabilidade.

Com a criação do MTur, o turismo teve importantes avanços, principalmente após a publicação do I Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas – 2003/2006 (PNT) e do II Plano Nacional do Turismo: uma viagem de inclusão – 2007- 2010. O PNT II estava vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do então governo federal, e tinha como um dos principais objetivos o de estimular o mercado interno e a apresentar macroprogramas que estimulam a descentralização e a desconcentração do turismo somente em

1 A Combratur foi extinta em 1962.

áreas litorâneas. Devido à multidisciplinaridade da atividade turística, o PNT propôs a criação de macroprogramas, no intuito de efetivar as propostas estabelecidas pelo plano.

Os macroprogramas, em funcionamento até hoje, permitem uma maior valorização do mercado interno, maior automação dos serviços oferecidos, melhoria dos equipamentos por meio de cursos e treinamentos da população e promove oportunidade do aumento da quantidade de turistas no país, visto que o programa, junto com o PNT, estimula a acessibilidade abrangendo o maior número de pessoas.

Em 2011 em virtude dos acontecimentos programados para 2014, a Copa do Mundo de Futebol e 2016, os Jogos Olímpicos, que tornaram-se carro-chefe para alavancar o turismo no Brasil, o MTur passou a alisar o cenário do setor turístico no Brasil e internacional e a avaliar a eficiência dos PNT I E PNT II., através do PNT III (2011-2014) (MTur, 2011 apud CALDAS, 2014).

4 METODOLOGIA

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, que conforme pode ser observado, se aproxima do método dialético presente sobretudo do referencial teórico que serviu de fundamento para este trabalho. Observa-se que todos analisam o espaço a partir das contradições presentes e como tais contradições conflitam na reprodução do espaço que está em constante transformação.

A abordagem sobre o espaço com os impactos do turismo segue esta mesma linha de raciocínio, discutindo a relação dialética entre a população local e o turista, num movimento constante de transformação social, mas também ambiental. Assumindo uma linha crítica na qual pensa o turismo não apenas na vertente econômica, mas principalmente como elemento de transformação social das comunidades envolvidas.

A abordagem adotada teve também bases no raciocínio dedutivo no qual o turismo foi pensado a partir de uma lógica ampla que incide sobre o lugar, o qual, fazendo parte desta totalidade do mundo, é parte desta lógica global. Isto não elimina o fato de o lugar ter virtualidades muito particulares, que no mundo globalizado e homogeneizador, valoriza tais particularidades.

4.1 Aplicação dos métodos da pesquisa e objetivos

Com o entendimento de que a realidade está constituída por fenômenos sociais intencionalmente construídos, os procedimentos da pesquisa estão amparados, predominantemente, em técnicas qualitativas de observação e registro da paisagem. A escolha do município de Ingá, inserido na região do agreste paraibano, onde se localiza o sítio arqueológico Itacoatiara do Ingá teve como base a importância desse objeto arqueológico como patrimônio para a humanidade e de seu potencial para desenvolver o turismo local. Foi considerado também outros atrativos que podem ser inseridos no turismo local, tendo como chamariz este símbolo maior e que dá grande visibilidade a cidade. O local em que estão algumas escrituras ainda não decifradas constituem-se em alguns dos objetos mais enigmáticos do planeta, que se bem explorado turisticamente, pode abrir um leque de atrações a partir de outras potencialidades presentes no município. O estudo está baseado em:

- Pesquisa bibliográfica para subsídio de base teórica;
- Pesquisa de campo para melhor compreensão da realidade e montagem de documentação fotográfica.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE INGÁ-PB

Observa Costa (2010) que os lugares são portadores de virtualidades naturais ou produzidas que representam “vantagens comparativas (materiais ou imateriais) presentes no lugar, que são realçadas através dos símbolos locais para atrair atividades promissoras”. São, portanto, com base nas virtualidades presente ao município de Ingá-PB, que será apresentado seu potencial turístico, aqui entendido como essa atividade promissora.

O município de Ingá está localizado no Agreste da Borborema (figura 1), área de transição entre o Litoral úmido e o Sertão semiárido. Por estar no sopé da Borborema, os contrafortes orientais do planalto lhe servem de moldura a oeste configurando-se em uma virtualidade natural para o turismo. Outra importante virtualidade, também relacionada a sua localização, se deu no passado, quando ainda num meio pré técnico, estava no caminho obrigatório do gado que descendo o planalto e seguia rumo a zona da mata, mais especificamente a mata pernambucana, onde a presença de centros urbanos importantes consumia a carne que se auto transportava nessa longa jornada.

Figura 1 – Mapa de localização do Município de Ingá no Estado da Paraíba.



Fonte: site wikipédia, acesso setembro/2020.

Porém, seguramente o maior potencial turístico do município se dá pela presença do patrimônio arqueológico presente na Itacoatiara. Cabe aqui citar Rodrigues (2017, p.4) ao definir “patrimônio” como sendo:

[...] o conjunto de bens, materiais e imateriais, que são considerados de interesse coletivo, suficientemente relevantes para a perpetuação no tempo. O patrimônio faz recordar o passado; é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou melhor, uma convocação do passado.

A montagem de um meio técnico no início do século XX ligando Campina Grande ao Recife, através da ferrovia, produziu fixos em Ingá que hoje podem ser aproveitados como mais um potencial turístico que somado às paisagens rurais precisam ser melhor aproveitadas turisticamente.

5.2 ATRATIVOS TURÍSTICOS DE INGÁ E RESULTADOS DA PESQUISA

Figura 2 – Painel Principal Pedra do Ingá-PB.



Fonte: VASCONCELOS 2019 - dados da pesquisa de campo.

O Sítio Arqueológico das Itacoatiaras, mais conhecida Pedra do Ingá, é um conjunto com figuras rupestres gravadas em baixo-relevo que atraem muitos pesquisadores e turistas para conhecer as intrigantes gravuras ali registradas por povos pré-históricos.

O sítio ocupa um hectare de área tombada como Monumento Nacional pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN atual IPHAN), desde 30 de novembro de 1944 por vias do Museu Nacional do Rio de Janeiro e iniciativa do professor José Anthero Pereira Júnior, sendo o segundo monumento pré-histórico tombado em nosso país (BRITO, 2008, p.11).

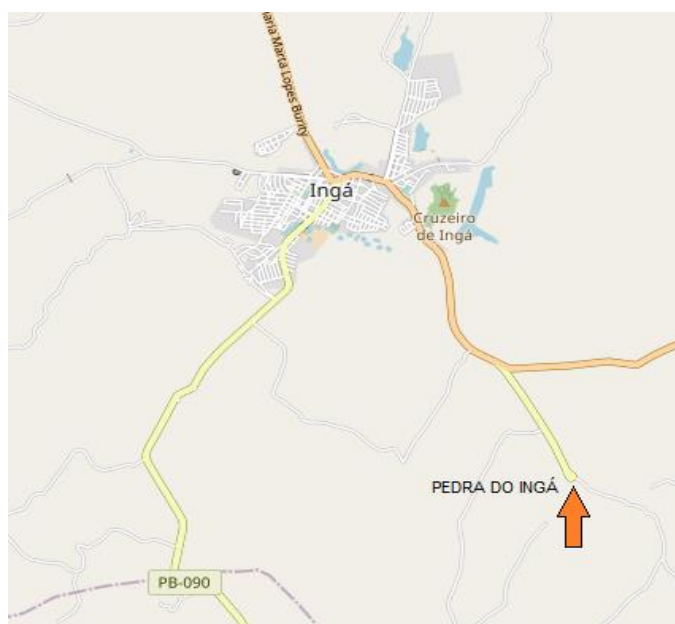
No seu livro sobre a Pedra do Ingá, Brito (2008) descreve detalhadamente o seu painel principal (figura 2), no qual o afloramento de gnaisse no leito do rio Bacamarte, tributário do rio Paraíba, exhibe o “extraordinário complexo” de gravuras ao longo dos seus 46m de comprimento por 3,8m de altura (BRITO, 2008, p. 11).

Distante a 3km da cidade de Ingá, o sítio arqueológico (Figura 3) só passou a contar com a construção de um prédio de apoio ao turista na década de 1980, quando também houve a pavimentação que facilitou o acesso da cidade de Ingá até sítio arqueológico, neste prédio de apoio também funciona o Museu de História Natural do Ingá (Figura 4).

Durante a gestão (1997 e 2000) houve uma ruptura dos roteiros de visitação turística a Pedra do Ingá, por falta de planejamento político, voltado para o incentivo ao turismo no parque. Neste aspecto retornamos a discussão sobre as políticas públicas, que como foram observadas sofreram descontinuidades político/ideológica. No entanto, durante a gestão (2001-2004) e (2005-2008) a nova administração do município de Ingá e, sob perspectiva de criar o Parque Estadual da Pedra do Ingá, desapropriou uma área rural de 40 hectares, que permitiu que o mesmo fosse implantado. A política de valorização do turismo em torno da Pedra do Ingá teve continuidade na gestão (2009-2012) que capacitou guias turísticos e realizou reforma no Museu e do prédio de apoio. De tal modo viabilizou para que a Artista Plástica concretizar a instalação de uma loja de artesanato, aspecto importante em todos os lugares turísticos do município, pois além de gerar renda para a população local a venda de suvenires ajuda na divulgação da identidade do lugar.

Sendo um objeto que chama a atenção de leigos, místicos e cientistas, as Itacoatiaras reúnem expressiva literatura sobre si. Motivo pelo qual não se faz necessário o levantamento do estado da arte sobre tal sítio arqueológico, pelo fato de que também não se constitui em objetivo do presente TCC.

Figura 3 – Localização da Pedra do Ingá.



Fonte: www.cidade-brasil.com.br. Acesso em março de 2019.

Figura 4 - Entrada do sítio arqueológico Pedra do Ingá com instalações de apoio ao turista e Museu de História Natural do Ingá.



Fonte: VASCONCELOS, 2019 – Dados da pesquisa de campo.

Durante a realização deste trabalho o município se encontrava sob a gestão do então prefeito Manoel Batista Chaves Filho, no cargo desde 2013, e a Pedra do Ingá se encontra sob a responsabilidade do Secretário da Cultura e do Turismo Walter Mario Góis da Luz, conhecido por Vavá da Luz, que vem desenvolvendo importante trabalho na revitalização do Sítio Arqueológico, com a expansão das atividades turísticas em territórios ingaenses. Ao ser entrevistado o Secretário, declarou que:

Atualmente a Pedra do Ingá recebe turistas diversificados, sendo em grande maioria visitantes de outras cidades da Paraíba e de turistas de diversas localidades do Brasil. Onde o principal público que comparece ao Sítio arqueológico são alunos de escolas públicas, acadêmicos e pesquisadores. Mas que falta muito ao turista local da própria cidade a valorização do devido monumento, onde a maioria trata como apenas uma pedra com figuras.

Na fala do Secretário do Turismo é possível identificar que o mesmo explica que enquanto os turistas de outras localidades visitam a Pedra com interesse de conhecer a história, as origens e tentativas de significados desse monumento da humanidade, levando para suas cidades de origens o conhecimento adquirido para seus conterrâneos, a população local não demonstra interesse sobre este patrimônio material, de forma ampla não valorizando a cultura a sua cultura e suas potencialidades.

De acordo com o secretário, a divulgação do turismo na cidade vem sendo realizada através das mídias sociais, Youtube, páginas do Facebook e através de blogs locais como o blog do Vavá da Luz, e o blog Ingá cidadão, onde as pessoas que desejam conhecer a Pedra terão todas as informações necessárias. Tal divulgação ocorre, também através de monumentos que

fazem alusão a este patrimônio presente na cidade, tal como as esculturas que existem logo na entrada da cidade indicando aos visitantes para visitá-la conforme a Figura 5.

Figura 5 – Monumento com símbolos da cidade de Ingá para atração do turista.



Fonte: <https://historiacomgosto.blogspot.com/2016/>.

Sendo assim, fica evidente na fala do secretário de cultura do município, durante sua entrevista, a importância que a gestão desse momento dá a Pedra do Ingá como atrativo turístico e como tal atividade é significativa na geração de renda da cidade e do município. Mas também fica claro o papel que o mesmo atribui aos moradores locais, na consolidação de uma identidade com o lugar e na valorização deste patrimônio cultural.

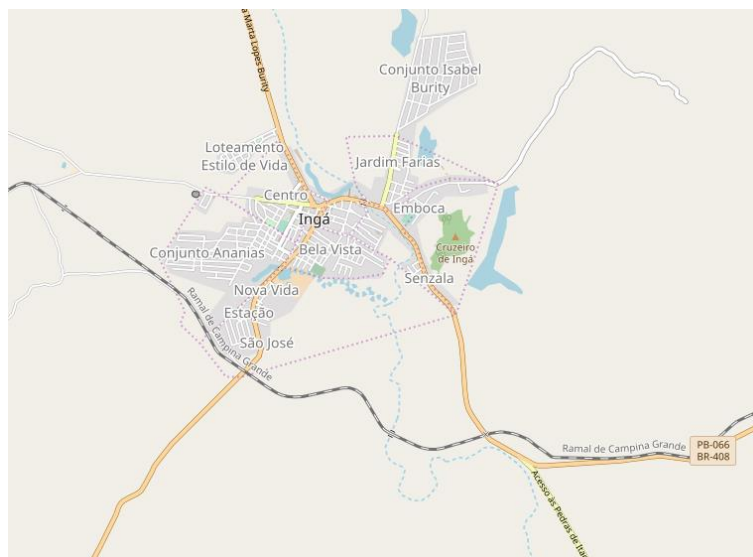
Observa-se que a potencialidade turística que a Pedra do Ingá exerce sobre a cidade, é muito significativa, e que precisa ser mais valorizada, através de políticas públicas que deve se voltar também para a conscientização da população local sobre a importância, arqueológica, histórica, cultural e patrimonial presente nas Itacoatiaras que pode ser revertida em termos importância econômico, geração de renda e de novos empregos e de inclusão social dos moradores.

Tomando como carro chefe do turismo em Ingá, seu sítio arqueológico, vê-se a potencialidade e necessidade do município divulgar outros atrativos, que são subestimados pela política e pela população local, mas que fazem parte um importante patrimônio ecológico e cultural com ampla capacidade de associados a Pedra do Ingá, gerar emprego e renda através do turismo bem planejado.

Como observa Halbwachs *apud* Abreu (1988), o Brasil sempre negligenciou seu passado ao contrário da Europa que desde o século XIX descobriu que a imagem urbana é uma mercadoria que pode gerar grandes lucros, notadamente com o turismo. Tal tendência só começou a mudar em fins do século XX, que após um longo período em que só se cultuava o que era novo, com fortes ataques às heranças vindas de tempos antigos, assume um novo discurso e elaboração de projetos que pregam a restauração, a preservação ou a revalorização dos mais diversos vestígios do passado.

Partindo desta nova lógica preservacionista entende-se que a cidade de Ingá (Figura 6) tem patrimônios que podem e devem servir de atrativo para o turista tal como as paisagens produzidas pela ferrovia no início do século XX (Figura 7, Figura 8 e Figura 9).

Figura 6 – Mapa da área urbana de Ingá.



Fonte: <https://mapas.guiamais.com.br/inga-pb> (com adaptações).

Figura 7 – Ponte Ferroviária sobre o Rio Bacamarte.



Fonte: COSTA, A. A. (2019) – Dados do trabalho de campo.

Figura 8 – Antiga Estação Ferroviária de Ingá- PB em abandono



Fonte: COSTA, A. A. (2016) – Dados do trabalho de campo.

Figura 9 – Antigas instalações da Empresa Anderson Clayton.



Fonte: COSTA, A. A. (2016) – Dados do trabalho de campo.

Presente no território Ingaense, a antiga usina de descaroçamento de algodão Anderson Clayton (figura 9) instalou-se no ano de 1936, sendo a principal compradora da produção de algodão da região de Ingá. Hoje os galpões que durante anos eram movimentados e cheios de vida com o frequente fluxo de trabalhadores encontram-se desativados e em estado de abandono.

A restauração e preservação de tais rugosidades são importantes, não apenas como atrativos turísticos, mas também e principalmente no resgate de uma memória coletiva e histórica da população e da cidade de Ingá. Conforme pode-se ver no texto retirado do blog O Ingaense, quanto o relato é rico de memórias e identidade por estes recortes espaciais.

Hoje, o trem foi desativado, os trilhos foram invadidos por capim e uma vegetação rasteira, os dormentes apodreceram e tudo aquilo que motivava tanta alegria e imaginação, está sendo destruído devido ao descaso e abandono nos quais se encontra a linha férrea e a Estação Ferroviária do Ingá.

Símbolo de progresso e modernização, a Estação Ferroviária do Ingá foi inaugurada em 1909, pela *Great Western*, ligando Itabaiana, Ingá e Campina Grande pelo caminho de ferro. Além de servir como transporte rápido e barato para escoar o algodão que era produzido na Vila do Ingá, que até então era transportado por carroças e em lombo de mulas, o trem serviu para encurtar a distância ou o espaço entre as pessoas. (http://www.oingaense.com.br/2017/03/estacao-ferroviaria-do-inga-as-glorias_11.html, 11 de março de 2017).

Considerando que o tempo da memória só se concretiza quando encontra a resistência de um espaço, é preciso preservar estas paisagens que restaram dos tempos pretéritos, em especial hoje, diante do processo de globalização que homogeneíza o espaço, torna as identidades fluidas, o tempo presente vazio e o futuro incerto. São nessas marcas do passado presentes na paisagem que dão ancoragem as identidades, daí a valorização que passa a ocorrer nas cidades que preservam estas rugosidades.

Ainda de acordo com Abreu (1988), se faz necessário entender que o resgate da memória das cidades não se limite é recuperar as formas materiais “mas também daquilo que não deixou marcas na paisagem, mas que pode ainda ser recuperado nas instituições de memória.” (ABREU, 1988, p.86). “Nos Festejos do Rosário a sociedade se vestia como se fosse participar de um baile na corte: os homens usavam paletó, gravata, chapéu e viam as horas no relógio de algibeira. As mulheres se vestiam com trajes longos, meias e jóias”. (http://www.oingaense.com.br/2017/03/estacao-ferroviaria-do-inga-as-glorias_11.html, 11 de março de 2017). Ou seja, os espaços da religiosidade, estão cheios de memórias que podem dar significado a esses lugares, seja na simplicidade da Igreja do Rosário (Figura 10) ou na imponência da Igreja Matriz, com sua praça e correto e ponto de referência do centro da urbe (Figura 11).

Figura 10 – Igreja do Rosário.



Fonte: blog ingá em foco, acesso: setembro/2020.

Largo da capela Nossa Senhora do Rosário (figura 10) localizada no centro de Ingá. A capela está situada numa das principais avenidas da cidade e ainda carrega traços de sua construção em arte barroca. Ao lado de casarões históricos, a capela chama atenção para a sua delicadeza e grandiosidade, mesmo que muitos desses casarões não tenham suas histórias reconhecidas ou até mesmo muitos com a suas platibandas descontraídas ainda carregam o charme da antiga Vila do Ingá, Segundo alguns historiadores locais, foi o primeiro templo católico construído na cidade e desde sempre esteve muito presente na vida dos cidadãos ingaenses.

Figura 11 - Igreja Matriz Nossa Senhora Da Conceição



Fonte: Blog Ingá em foco, acesso em setembro de 2020.

A Igreja matriz Nossa Senhora da Conceição foi inaugurada em 7 de maio de 1955, e foi bastante comemorada pela população, A igreja fica no centro da cidade e é uma boa opção para a visitação do turista.

O Morro do Cruzeiro (Figura 12) além de ser um mirante natural da cidade de Ingá, é um espaço de tradição, religiosidade e da cultura local com ampla potencialidade para ser explorado turisticamente, pois além dos atributos naturais é um patrimônio imaterial da população local, como pode-se perceber no texto do Blog O Ingaense: “Nós que moramos no Ingá, já nos acostumamos a observar ou participar todos os finais de anos, ou início de um novo ano, da subida da Serra do Cruzeiro”. Essa memória coletiva já registrada como uma memória histórica.

A Serra do Cruzeiro recebeu essa denominação em 1901, quando os católicos ingaenses, incentivados por Seu Dão, levaram, até o alto da serra, uma cruz de madeira, em sinal de sua fé.

O Cruzeiro é um dos pontos mais altos da cidade, local, onde os fiéis, em sextas feiras santas fazem caminhadas, e lá rezam, pedem graças e pagam penitências. (<http://www.oingaense.com.br/2017/07/vocinh-sabia-que-o-cruzeiro-de-inga-ja.html>).

É importante como elemento de uma identidade cultural, mas também na atração de um turismo religioso e cultural, pela realização dos eventos, no entanto, este morro residual, destacado na planura do piemonte da Borborema forma um excelente mirante para contemplar, não apenas a paisagem urbana, mas a vastidão do agreste sub litorâneo.

Figura 12 – Morro do Cruzeiro.



Fonte: Blog Ingá em foco, acesso em setembro/2020.

Uma forma de turismo que vem ganhando cada vez mais adeptos é o ecoturismo, virtualidade natural que Ingá possui presente em um dos contrafortes orientais da Borborema denominado localmente de Serra Velha, (Figuras 13 e 14).

Figura 13 – Afloramento rochoso na Serra Velha, com presença de matações e Caneluras, estas últimas testemunham a existência de um paleoclima mais úmido na região.



Fonte: Blog Ingá em foco, acesso em setembro de 2020.

Figura 14 – Vista norte da Serra Velha



Fonte: COSTA, A. A., 2019 - dados da pesquisa de Campo.

A Serra Velha se constitui em uma excelente alternativa para o turismo rural, ecológico e/ou de aventuras. Percebe-se que as potencialidades turísticas de Ingá, naturalmente, se inserem em nichos turísticos científicos, culturais, esportistas ou religiosos, perfis nos quais a gestão pública e os empresários locais precisam investir.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pedra Itacoatiara do Ingá constitui um complexo espaciais de natureza ecológica e social que permite à prática do turismo de grupos sociais diversos, como também inúmeros grupos de estudos interessados nas figuras rupestres exóticas, porém o espaço oferece atrativos para diversas áreas, como a Geografia, História e, principalmente a Antropologia e a Arqueologia. O espaço do sítio arqueológico deve ser entendido como um sistema de objetos e de valores que o tornam um patrimônio material importante não apenas para o município se Ingá, mas para a humanidade.

A “Pedra do Ingá” enfoca suas diversas subjetividades é um elemento extremamente didático para compreender a diversidade sociocultural e identitária do local, além de proporcionar a construção de relações sociais entre os turistas que visitam as Itacoatiaras e a população local. Porém, apesar da importância deste sítio arqueológico, Ingá precisa, a partir visibilidade que o mesmo dá ao lugar fomentar outros espaços turísticos complementares, para assim reter o turista por mais tempo em seu território e usufruir das vantagens econômicas que estes propiciam através do consumo de alimento, bebidas, suvenires, mas também dos serviços que deve envolver a população nativa do município.

A política pública de incentivo ao turista, deve ir além da produção de infraestrutura, não que esta não seja importante, mas deve investir no processo de educação das crianças e jovens de forma a valorizar os patrimônios materiais e imateriais presentes no lugar, além de campanhas de conscientização sobre a riqueza cultural do município.

A partir do exposto observa-se a aptidão das Itacoatiaras e de todas as demais virtualidades presentes no município, não para um turismo de massa, mas para um turismo mais seletivo, destinado a vários nichos de mercado, o que sinaliza para uma prática menos danosa ao meio e a sociedade local.

Por fim, observa-se a necessidade de maiores investimentos econômicos, políticos e sociais para o pleno desenvolvimento turístico, social e econômico do sítio arqueológico e do município.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras** — Geografia I série, Vol. XIV, Porto, 1998, p. 77-97. Departamento de Geografia.
- BALANZÁ, I. M.; NADAL, M. C. **Marketing e comercialização de produtos turísticos**. Traduzido por Miguel Calabrera. São Paulo. Pioneira Thompson Learning, 2003.
- BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus. 1995.
- BELTRÃO, O. D. **Turismo: a indústria do século 21**. Osasco: Novo Século, 2001.
- BRASIL. Decreto-lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971. Dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 out. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11191.htm. Acesso em: 23 set. 2020.
- BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm. Acesso em: 21 set. 2020.
- BRITO, V. **A Pedra do Ingá**. 2. ed. ver. e ampl. João Pessoa: JRCEd., 2008.
- CARLOS, A. F. **A A cidade**. São Paulo, Contexto, 1997.
- CARLOS, A. F. A. A geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, v. 1, n. 18, p. 161-178, jan./jun. 2002.
- CARLOS, A. F. A “Geografia Crítica” e a crítica da Geografia. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 11, n. 245 (3), 1 ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24503.htm>. Acesso em: 28 set. 2020.
- CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CASTROGIOVANI, A. C. **A geografia do espaço turístico, como construção complexa da comunicação**. 2004. 335f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUC-RS, 2004.
- CORREA, R. L. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- CORREA, R. L. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C; CORREA, R. L (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 5ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand, 2003.
- COSTA, A. A. **A cidade em fragmentos: uma análise das metamorfoses espaciais em Campina Grande-PB no período de 1990 a 2010**. 2010. 390f. Tese. (Doutorado em Geografia)

Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2010.

EMBRATUR – INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Glossário de turismo**. Brasília, DF: Embratur, 1992.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. **Avaliação e perícia ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MTur. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Marcos conceituais: segmentação do turismo**. Brasília, DF.2006.

OLIVEIRA, T. M. de. A Lei do Turismo – Lei 11.771 de 17 de setembro de 2008: uma breve análise. **Turismo em análise**, v. 20, n. 2, agosto 2009.

OMT. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO; direção e redação Amparo Sancho; traduzido por Dolores Martin Rodriguez Corner. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001. 371 p.

RODRIGUES, D. Patrimônio cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica. **Letras Escreve**. v. 7, n.4, 2017. Disponível in: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/4071>

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M **Metamorfose do espaço habitado**. Fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARAIVA, E. Introdução à teoria da política pública. In: FERRAREZI, E.; SARAIVA, E. (Orgs.). **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: Enap, 2006.

SOJA, E. Uma Interpretação materialista da espacialidade. In: BECKER, B.; HAESBAERT, R.; SILVEIRA, C. **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 1983.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR-BA, 2002. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspublicas.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

VIDAL, M. O. O surgimento da indústria turística no mundo: uma análise da origem da expansão do capital nacional no setor durante a segunda metade do século XIX e início do século XX. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 14., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2010.